



CPLP

III REUNIÃO ORDINÁRIA DE MINISTROS DOS ASSUNTOS DO MAR DA CPLP

Díli, 18 de maio de 2016

DECLARAÇÃO DE DÍLI

Os Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP ou seus representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste, reunidos em Díli, no dia 18 de maio de 2016, na III Reunião Ordinária de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP:

Conscientes de que a CPLP é uma comunidade que mantém fortes laços culturais e económicos com os oceanos, cujos Estados-Membros exercem jurisdição sobre um vasto potencial de recursos vivos e não vivos fundamentais para o desenvolvimento sustentável dos seus países;

Tendo presente a Declaração Constitutiva da CPLP, de julho de 1996, que estabelece como um dos objetivos da CPLP “o incentivo à cooperação bilateral e multilateral para a proteção e preservação do meio ambiente nos Estados-Membros, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável”;

Relembrando o disposto na Declaração de Díli, de 23 de julho de 2014, emitida na X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, onde se realça a importância da cooperação para o desenvolvimento sustentável dos Estados-Membros e para a consolidação e projeção internacional da Comunidade;

Enaltecendo a importância da Estratégia da CPLP para os Oceanos, como documento setorial que contém uma visão integrada e holística destinada a promover o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob jurisdição dos Estados-Membros da CPLP, inclusive, por meio de cooperação internacional;

Tomando nota da aprovação, na 70ª sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, onde se adotou um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável específico e autónomo destinado à “conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.”;



Conscientes do papel da CPLP junto dos diversos parceiros de desenvolvimento no âmbito da implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e da possibilidade de expandir a projeção internacional da CPLP através dos oceanos;



Salientando a importância dos esforços internacionais conjuntos, desenvolvidos no seio da Organização das Nações Unidas, para a preparação de um novo Tratado Internacional sob égide da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, sobre a conservação e uso sustentável da diversidade biológica marinha em áreas fora da jurisdição nacional;

Reconhecendo que a transversalidade dos Assuntos do Mar reclama um esforço acrescido de coordenação e diálogo intersetorial entre as áreas do Mar, Defesa, Ambiente, Economia, Segurança Alimentar, Pesca, Portos e Transportes Marítimos, Turismo, Ciência, Cultura e Educação, num quadro sustentável de governação dos mares e oceanos;

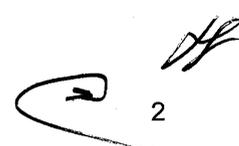
Lembrando, por um lado, o potencial que os recursos do mar representam para o crescimento económico dos Estados-Membros e, por outro, o papel crucial do setor privado para a expansão da economia azul, como instrumento para alcançar o desenvolvimento sustentável dos oceanos, num quadro competitivo de globalização;

Chamando a atenção para a importância do envolvimento e participação da sociedade civil para o desenvolvimento sustentável e para a conservação dos espaços marítimos sob jurisdição dos Estados-Membros da CPLP;

Tendo em conta a necessidade de promover e estimular a partilha de informação e conhecimento sobre os oceanos através da dinamização do desenvolvimento de atividades de cooperação nas diversas áreas ligadas aos Assuntos do Mar;

Cientes dos desafios que os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento enfrentam, em diversas áreas relacionadas com os Assuntos do Mar, especialmente com os efeitos resultantes da subida do nível médio das águas do mar;

Chamando a atenção para o problema global do lixo marinho e da poluição das áreas costeiras e para os efeitos nefastos dos mesmos na preservação e conservação do ambiente marinho e na saúde pública;



2

Recordando os desafios crescentes associados à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada e a necessidade de se articular esforços conjuntos ao seu combate;

Considerando ainda, os compromissos assumidos na I Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar, realizada em Oeiras, em março de 2010, na II Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar, realizada em Luanda, em junho de 2012 e na II Reunião Extraordinária de Ministros dos Assuntos do Mar, realizada em Lisboa, em junho de 2015.

Os Ministros responsáveis pelos Assuntos do Mar da CPLP ou seus representantes deliberam:

1. *Aprovar* o Plano de Ação de Díli para a implementação da Estratégia da CPLP para os Oceanos, anexo à presente Declaração;
2. *Exortar* os Estados-Membros para a necessidade de impulsionar a implementação das diversas iniciativas constantes do Plano de Ação de Díli, através da alocação dos meios financeiros e técnicos necessários para o efeito;
3. *Instar* o Secretariado Técnico Permanente ao acompanhamento da implementação e monitorização do Plano de Ação de Díli e à mobilização de recursos para tal, inclusive por meio do apoio internacional;
4. *Incentivar* os Pontos Focais dos Assuntos do Mar no acompanhamento e na coordenação das atividades necessárias à implementação do Plano de Ação de Díli, através de uma ação conjunta com os Pontos de Contacto para as diversas iniciativas;
5. *Reforçar e intensificar* os mecanismos de diálogo político e técnico para o aumento da concertação político-diplomática e cooperação nos Assuntos do Mar em áreas de interesse conjunto;
6. *Adotar* a criação de uma rede de Pontos de Contacto para o tema do Lixo Marinho, apelando à participação dos mesmos na Conferência Portuguesa de Lixo Marinho, a realizar em Lisboa, em setembro de 2016, organizada pela Associação Portuguesa de Lixo Marinho, com o Apoio do Programa das Nações Unidas para o Ambiente;
7. *Aprovar* os Termos de Referência para a criação da Feira do Mar da CPLP, cuja primeira edição terá lugar em Portugal durante o ano de 2017 e a segunda edição na Guiné Equatorial em 2018;



- 
8. *Aprovar* os Termos de Referência para a criação do Portal Eletrónico da CPLP para os Assuntos do Mar como plataforma de concertação e divulgação entre os Estados-Membros;
 9. *Congratular* o esforço feito pela Presidência rotativa na organização do Seminário Internacional “A CPLP e o Mar: Desafios e Oportunidades no Mundo Globalizado”, fomentando uma reflexão crítica e o debate estratégico sobre as diversas áreas de governação associadas ao mar numa perspetiva de sustentabilidade e globalização;
 10. *Manifestar* o seu agradecimento ao Governo da República Democrática de Timor-Leste pelas excelentes condições oferecidas na organização da presente reunião e pela hospitalidade e acolhimento às delegações e por todo o apoio prestado ao Secretariado Executivo da CPLP.

Dili, 18 de maio de 2016

Pela República de Angola



Pela República Federativa do Brasil
Marcos Borges Sertã
Contra-Almirante da Marinha



Pela República de Cabo Verde
José da Silva Gonçalves
Ministro da Economia e Emprego

Pela República da Guiné-Bissau



Pela República da Guiné Equatorial

Tito Mba Ada

Embaixador da Guiné Equatorial junto da CPLP



Pela República de Moçambique

Patrício José

Vice-Ministro da Defesa Nacional



Pela República Portuguesa

José Apolinário

Secretário de Estado das Pescas do Ministério do Mar



Pela República Democrática de S. Tomé e Príncipe

Carlos Olímpio Stock

Ministro da Defesa e do Mar



Pela República Democrática de Timor-Leste

Estanislau Aleixo da Silva

Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos e Ministro da Agricultura e Pescas